



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

**CARF**

**Processo nº** 10166.902380/2008-45

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** 1003-000.101 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Turma Extraordinária

**Sessão de** 06 de agosto de 2019

**Assunto** COMPENSAÇÃO

**Recorrente** PHENICIA COMERCIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso voluntário em diligência para que os autos retornem à DRF de origem nos termos do voto da Relatora.

(documento assinado digitalmente)

Carmen Ferreira Saraiva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Carmen Ferreira Saraiva (Presidente), Bárbara Santos Guedes, Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça e Wilson Kazumi Nakayama.

## **Relatório**

Trata-se de recurso voluntário contra acórdão de nº 03-36.898, proferido pela 4<sup>a</sup> Turma da DRJ/BSB, que julgou improcedente a manifestação de inconformidade da contribuinte, não reconhecendo o direito creditório pleiteado em sua integralidade.

Fazendo uma breve síntese dos fatos, tem-se que a Recorrente apresentou Per/Dcomp nº 29285.02455.180804.1.3.04-4402, (fls. 27 a 31), contudo, tal compensação não foi homologada ante a constatação, pela DRF, de que o crédito discriminado naquela declaração já havia sido totalmente utilizado para quitação de débitos da Recorrente, nos seguintes termos:

Fl. 2 da Resolução n.º 1003-000.101 - 1<sup>a</sup> Sejul/3<sup>a</sup> Turma Extraordinária  
Processo nº 10166.902380/2008-45

2- IDENTIFICADOR DO PER/DCOMP			
PER/DCOMP	DATA DA TRANSMISSÃO	TIPO DE CRÉDITO	Nº DO PROCESSO DE CRÉDITO
29286.02455.180804.1.3.04-4402	18/09/2004	Pagamento Indevidado ou a Maior	10166-902.380/2008-45
3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL			
Límite de crédito analisado, correspondente ao valor do crédito original na data de transmissão informado no PER/DCOMP: 4.560,00. A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo detalhados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.			
CARACTERÍSTICAS DO DAF			
PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO
30/09/2003	2372	8.934,02	28/11/2003
UTILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS ENCONTRADOS PARA O DARF DISCRIMINADO NO PER/DCOMP			
Nº DO PAGAMENTO	VALOR ORIGINAL TOTAL	PROCESSO(PH)/ PERCOMP(PD)/ DÉBITO(D)	VALOR ORIGINAL UTILIZADO
1515458471	8.934,02	Da: cd 2372 PA 30/09/2003	8.934,02
			VALOR TOTAL
			8.934,02
Diante da inexistência do crédito, não homologado a compensação declarada. Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 30/05/2008.			
PRINCIPAL	MULTA	JUROS	
4.560,00	912,00	2.876,85	

Inconformada, a Recorrente apresentou manifestação de inconformidade (fls.1 a 3) na qual fez demonstrativo de CSLL apurada trimestralmente, no ano-calendário 2003, informada na DIPJ/2004 retificadora apresentada em 18/09/2007 e argumentou que, tendo havido pagamento de valores a maior que os devidos, bem como os vários créditos retidos por órgão públicos, após a revisão, todas as notificações deverão ser canceladas.

Por sua vez, a 4<sup>a</sup> Turma da DRJ/BSB julgou a manifestação de inconformidade improcedente e não reconheceu o direito creditório, conforme ementa abaixo:

#### ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2003

Restituição/compensação - pagamento indevido.

Nos termos da legislação tributária de regência, a compensação de crédito tributário somente poderá ser autorizada com crédito líquido e certo do sujeito passivo contra a Fazenda Nacional. A contribuinte não comprovou nos autos mediante sua escrita contábil e fiscal a liquidez e certeza do crédito compensado.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Inconformada com a decisão da DRJ, a Recorrente apresentou Recurso Voluntário, reiterando, em síntese, os argumentos delineados na Manifestação de Inconformidade e alegando, ainda, que:

(...)

“Pela análise em conjunto da DCTF, da DIPJ, das PER/Dcomp’s, do livro razão e das DARFs de recolhimento dos tributos, se comprova facilmente que não há débito fiscal por parte da recorrente. Conforme se demonstra na planilha contábil anexada junto com o documentos, no 3º trimestre de 2003, o valor apurado de CSLL foi integralmente pago, não restando saldo a pagar, nem saldo de pagamento a maior/indevido.

O suposto crédito citado na PER/Domp 2928502455.80804.1.3.-4-4402 refere-se a crédito proveniente de retenções, que foi devidamente compensado em DIPJ e conforme demonstrado na documentação juntada - quitou todo o saldo passivo referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, não restando saldo nenhum a pagar nem a

compensar. O que houve quando da apresentação do pedido de compensação foi mero erro de procedimento contábil.

Por certo que o cancelamento da PER/Dcomp pela recorrente - ainda que o equívoco tenha sido identificado somente após a não-homologação do pedido de compensação e da manifestação de inconformidade - é causa suficiente para anulação da cobrança efetuada pela recorrida.

(...)

Dessa forma, este recurso deve ser julgado procedente para anular a cobrança efetuada no processo administrativo nº. 10.166.902.917/2008-77, que se encontra vinculado a este processo de crédito, já que inexiste débito da recorrente junto com a Secretaria da Federal”.

Por fim, argumenta ser indevida a aplicação de multa de mora e a ocorrência de cumulação de juros moratórios com correção monetária e da taxa SELIC por ferir princípios constitucionais e requer, face à demonstração do erro material cometido pelo Recorrente na apresentação da PER/Dcomp e em nome do princípio da verdade material, o cancelamento do pedido de compensação com o consequente reconhecimento da inexistência de débito fiscal por parte da empresa.

#### VOTO

Conselheira Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça, Relatora.

Compulsando os autos, verifico que o recurso voluntário é tempestivo e cumpre com os demais requisitos legais de admissibilidade previstos nas normas de regência, razão pela qual dele tomo conhecimento e passo a apreciá-lo.

Conforme se infere dos autos, na Dcomp (fls. 13/17), a Requerente compensou crédito (R\$ 4.440,00) relativo à suposto recolhimento indevido de CSLL efetuado em 30/04/2003, com débito de mesmo valor de CSLL apurada em 30/03/2003, vencido em 30/04/2003; porém, a compensação não foi homologada por inexistência do crédito.

Em julgamento de primeira instância, a DRJ, ao julgar a manifestação de inconformidade apresentada pela Recorrente, não reconheceu o direito creditório porque a contribuinte não juntou aos autos documentos comprobatórios do alegado crédito, nos seguintes termos:

“Nos termos da legislação tributária de regência (CTN, art. 170), a compensação de crédito tributário somente poderá ser autorizada com crédito líquido e certo do sujeito passivo contra a Fazenda Nacional. \_ Na espécie, a contribuinte não juntou aos autos seus registros contábeis e fiscais, acompanhado da documentação hábil, para provar a liquidez e certeza do crédito utilizado na compensação de débito confessado na Dcomp, faz apenas demonstrativo da CSLL apurados nos trimestres de 2003 informados na DIPJ/2004 retificadora apresentada em 18/09/2007, após a data (18/08/2004) transmissão do Per/Dcomp.

No demonstrativo, a contribuinte não informa o total das receitas auferidas nos trimestres do ano-calendário 2003, informa apenas o valor de CSLL a recolher e deduz valores pagos e retidos; contudo, esse procedimento, por si só, não é suficiente para comprovar o valor devido da CSLL a pagar e a certeza e liquidez do crédito compensado”.

Como se pode perceber pelos anteriormente transcritos, quando a DRJ analisou a defesa apresentada pela Recorrente entendeu não serem satisfatórias as provas apresentadas e, por conseguinte, não homologou a compensação. Vê-se, pois, que a DRJ manteve a decisão do Despacho Decisório em razão de insuficiência de provas.

Por outro lado, em sede de recurso voluntário, a Recorrente, em que pese a alegação que toda a instrução probatória já teria sido feita por ocasião da interposição da Manifestação de Inconformidade e que não haveria necessidade da juntada de mais documentos, carreou aos autos cópia de seu Livro Razão, Darfs e declarações fiscais.

Vale ressaltar que a Declaração de Compensação é um processo que visa restituir quantias pagas a título de tributos ou contribuições que são administrados pela Receita Federal do Brasil, que foram recolhidos indevidamente ou ainda, quando o valor pago é maior do que aquele realmente devido.

E de acordo, os diplomas normativos de regências da matéria, quais sejam o art. 170 do Código Tributário Nacional e o art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, deixam clara a necessidade da existência de direito creditório líquido e certo no momento da apresentação do Per/DComp, hipótese em que o débito confessado encontrar-se-ia extinto sob condição resolutória da ulterior homologação.

A decisão da DRJ, porém, estava fundamentada primordialmente na ausência de comprovação do crédito e, em razão desse posicionamento, a Recorrente, dialogando com o acórdão de piso, acostou novos documentos contábeis da empresa para comprovar suas alegações.

A determinação de apresentar os documentos comprobatórios da identificação de crédito, longe de ser mero formalismo, é uma determinação legal, conforme determina o art. 147 da Lei nº 5.172/1966.

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, **só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde**, e antes de notificado o lançamento.

A comprovação, portanto, é condição *sine qua non* para admissão da retificação da DCTF realizada, quando essa, como no caso dos autos, reduz tributos.

A autoridade julgadora, por outro lado, deve se orientar pelo princípio da verdade material quando da apreciação das prova, deve formar livremente sua convicção mediante a persuasão racional decidindo com base nos elementos existentes no processo e nos meios de prova em direito admitidos. O princípio da ampla defesa, por outro lado, garante ao contribuinte o direito de defender-se plenamente de todos os fatos e fundamentos dentro do processo administrativo.

Apesar de a Recorrente ter apresentado novos documentos em grau de recurso, em obediência à verdade material que deve pautar os processos administrativos e da formalidade

moderada e na permissão concedida pelo art. 38 da Lei 9.784/99, entendo haver tal possibilidade em se tratando de documentos indispensáveis para sua defesa.

Por essa razão, meu posicionamento é no sentido de não ter havido a preclusão para juntada de provas, nesse caso específico, devendo a Receita Federal analisar as informações contidas nos documentos juntados pela Recorrente em seu recurso voluntário.

Colacionadas tais provas, o equívoco no preenchimento de declaração não pode figurar como óbice a impedir nova análise do direito creditório postulado. Nesse sentido, é relevante verificar os termos do Parecer Normativo Cosit nº 2, de 28 de agosto de 2015, assim determina:

Conclusão 22. Por todo o exposto, conclui-se:

- a) as informações declaradas em DCTF – original ou retificadora – que confirmam disponibilidade de direito creditório utilizado em PER/DCOMP, podem tornar o crédito apto a ser objeto de PER/DCOMP desde que não sejam diferentes das informações prestadas à RFB em outras declarações, tais como DIPJ e Dacon, por força do disposto no § 6º do art. 9º da IN RFB nº 1.110, de 2010, sem prejuízo, no caso concreto, da competência da autoridade fiscal para analisar outras questões ou documentos com o fim de decidir sobre o indébito tributário;
- b) não há impedimento para que a DCTF seja retificada depois de apresentado o PER/DCOMP que utiliza como crédito pagamento inteiramente alocado na DCTF original, ainda que a retificação se dê depois do indeferimento do pedido ou da não homologação da compensação, respeitadas as restrições impostas pela IN RFB nº 1.110, de 2010;
- c) retificada a DCTF depois do despacho decisório, e apresentada manifestação de inconformidade tempestiva contra o indeferimento do PER ou contra a não homologação da DCOMP, a DRJ poderá baixar em diligência à DRF. Caso se refira apenas a erro de fato, e a revisão do despacho decisório implique o deferimento integral daquele crédito (ou homologação integral da DCOMP), cabe à DRF assim proceder. Caso haja questão de direito a ser decidida ou a revisão seja parcial, compete ao órgão julgador administrativo decidir a lide, sem prejuízo de renúncia à instância administrativa por parte do sujeito passivo;
- d) o procedimento de retificação de DCTF suspenso para análise por parte da RFB, conforme art. 9º-A da IN RFB nº 1.110, de 2010, e que tenha sido objeto de PER/DCOMP, deve ser considerado no julgamento referente ao indeferimento/ não homologação do PER/DCOMP. Caso o procedimento de retificação de DCTF se encerre com a sua homologação, o julgamento referente ao direito creditório cuja lide tenha o mesmo objeto fica prejudicado, devendo o processo ser baixado para a revisão do despacho decisório. Caso o procedimento de retificação de DCTF se encerre com a não homologação de sua retificação, o processo do recurso contra tal ato administrativo deve, por continência, ser apensado ao processo administrativo fiscal referente ao direito creditório, cabendo à DRJ analisar toda a lide. Não ocorrendo recurso contra a não homologação da retificação da DCTF, a autoridade administrativa deve comunicar o resultado de sua análise à DRJ para que essa informação seja considerada na análise da manifestação de inconformidade contra o indeferimento/ não-homologação do PER/DCOMP;
- e) a não retificação da DCTF pelo sujeito passivo impedita de fazê-la em decorrência de alguma restrição contida na IN RFB nº 1.110, de 2010, não impede que o crédito informado em PER/DCOMP, e ainda não decaído, seja comprovado por outros meios;

Fl. 6 da Resolução n.º 1003-000.101 - 1<sup>a</sup> Sejul/3<sup>a</sup> Turma Extraordinária  
Processo nº 10166.902380/2008-45

f) o valor objeto de PER/DCOMP indeferido/não homologado, que venha a se tornar disponível depois de retificada a DCTF, não poderá ser objeto de nova compensação, por força da vedação contida no inciso VI do § 3º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996; e

g) Retificada a DCTF e sendo intempestiva a manifestação de inconformidade, a análise do pedido de revisão de ofício do PER/DCOMP compete à autoridade administrativa de jurisdição do sujeito passivo, observadas as restrições do Parecer Normativo nº 8, de 3 de setembro de 2014, itens 46 a 53. (grifos acrescentados)

Neste contexto, há clara demonstração de ter a Recorrente se esforçado em comprovar suas alegações, porém os documentos juntados são necessários, mas não suficientes, sendo certo tratar-se de início de provas que deve ser apurado, devendo, assim, ser a Recorrente intimada para apresentar outros documentos indispensáveis para demonstração do alegado em Recurso Voluntário.

Por todo o exposto, com fulcro no art. 29 do Decreto. 70.235, de 1972, voto por converter o julgamento do recurso voluntário em diligência para que os autos retornem à DRF de origem para:

Que a Recorrente seja intimada para complementar as provas já carreadas presentes autos apresentando os documentos contábeis e fiscais que respaldem suas alegações no tocante à equivocidade do preenchimento do PER/DCOMP e retenções em questão.

Que, após recebimento desses documentos, com as provas já produzidas no processo, considerando a DIPJ retificadora, seja analisado o direito creditório pleiteado e elaborado relatório circunstanciado.

Havendo a constatação de existência, disponibilidade e suficiência do crédito, que seja proferido parecer circunstanciado e realizada a compensação, se possível, em relação à DCOMP discutida nos autos.

Por fim, destaco que, em razão do princípio da ampla defesa, que seja o contribuinte intimado do resultado da diligência para, querendo, manifestar-se sobre os resultados alcançados.

(documento assinado digitalmente)

Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça